



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA**  
**PRÓ-REITORIA DE ENSINO**

Ata Reunião CAEN nº 06 – 23/04/2020

1 Às dez horas e dez minutos do dia vinte e três de abril de 2020, reuniram-se, via  
2 ferramenta on-line *Google Meet*, os membros do Comitê Assessor de Ensino (CAEN):  
3 Astor e Marielle - JA, Bruno e Marcia - FW, Eliana e João Flávio - SVS, Cléber - PB,  
4 Gustavo - UG, Daniel e Caroline - SB, Elisandra e Patrícia - AL, Cleonice e Silvia - JC,  
5 Raquel e Analice - SR, Márcia, Saulo e Samuel (SAP) - SA e Jéssica e Mariéli - SAN,  
6 junto da equipe de gestão da PROEN: Édison - Pró-Reitor, Joze - Diretora de Ensino,  
7 Janete - Diretora de Graduação, Daniela - Diretora de EaD, Deisi - Coord. Registros e  
8 Diplomas, Helena - Coord. Programas Educacionais, Neila - Assessoria Pedagógica,  
9 Andrea - Coord. Curso Formação Pedagógica e representante PS IFFar, e Fernanda  
10 Ziegler - Secretária Executiva, para tratar da seguinte pauta: a) definição dos  
11 cronogramas de revisão das Resoluções CONSUP nº 13/2014 e 13/2016; b) aprovação  
12 do *checklist* de revisão das diretrizes dos cursos superiores de graduação; e c)  
13 encaminhamentos acerca do edital de Certificação Profissional. De início, Édison  
14 cumprimentou a todos e deu as boas vindas à Neila, que está retornando da licença  
15 maternidade e atua na Assessoria Pedagógica da PROEN, mais diretamente na  
16 Direção de Graduação, e ao Samuel, que está retornando à gestão de ensino do  
17 *campus* SA. Após, retomou as pautas desta reunião, orientando para que Janete  
18 iniciasse pela Resolução CONSUP nº 13/2016 e, na sequência, Resolução CONSUP  
19 nº 13/2014. Posteriormente, Janete explanou sobre a revisão da Resolução CONSUP  
20 nº 13/2016 e o cronograma de trabalho para o desenvolvimento dessa ação. Junto ao  
21 cronograma, encontram-se as memórias das reuniões realizadas pela Comissão de  
22 Revisão do Regulamento de Criação, Suspensão e Extinção dos Cursos do IFFar. A  
23 referida Comissão foi composta pelo Gustavo, Leíze e Raquel Goulart, representando a  
24 Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional (PRDI), pela Nádia, representando a  
25 Comissão Própria de Avaliação (CPA), e pelo Édison e a Janete, representando a Pró-  
26 Reitoria de Ensino (PROEN). Dentre as principais alterações no regulamento  
27 realizadas pela Comissão está a alteração dos prazos para a criação de curso, que  
28 dará uma margem maior de tempo para que o Projeto de Criação de Curso (PCC) e o  
29 Projeto Pedagógico de Curso (PPC) sejam analisados com mais tranquilidade e que  
30 sejam expedidos os atos de aprovação de criação, aprovação do PPC e autorização  
31 de funcionamento em tempo para os cursos novos entrarem na planilha de oferta do  
32 Processo Seletivo (PS) do ano subsequente. Assim, ela explicou que para os cursos  
33 entrarem no PS 2022, o processo precisa iniciar em agosto de 2020 para aprovação  
34 até dezembro de 2020. Esse processo vai ser positivo para a organização da oferta dos  
35 cursos, visto que para uns isso não ocorreu de forma adequada anteriormente. Além  
36 disso, a readequação aos prazos e fluxos oportunizará maior tempo de planejamento  
37 para os *campi* elaborarem os PCCs e os PPCs. Em experiências como membro das



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA**  
**PRÓ-REITORIA DE ENSINO**

38 comissões de análise de PCCs, percebe-se que esses nem sempre são completos,  
39 faltam justificativas e, por vezes, as pesquisas realizadas nas regiões de abrangência  
40 são frágeis para criação de novos cursos. Entende que o processo de extinção dos  
41 cursos é mais trabalhoso que a criação de novos cursos. Pontuou que, ao final do  
42 documento enviado aos *campi*, consta um cronograma de ações a serem realizadas. A  
43 versão atual, em desenvolvimento, se refere ao compartilhamento da minuta com  
44 CAEN e CADIP. A próxima ação seria a solicitação de Portaria para prorrogação do  
45 trabalho por mais 130 dias, para acompanhamento das novas etapas da revisão.  
46 Janete apresentou o cronograma, conforme já enviado previamente ao grupo. Nesta  
47 reunião, o objetivo é revisar o cronograma e alterar a data do próximo dia 30, alterando  
48 consequentemente as demais datas. Édison reforçou que essa pauta não é apenas do  
49 CAEN, pois envolve criação de novos cursos o que se relaciona ao Desenvolvimento  
50 Institucional. Por isso, o CAEN não tem competência para analisar sozinho. Sua  
51 sugestão é discutir em reunião conjunta com CADIP (DPDIs). Dessa forma, questionou  
52 quanto tempo seria necessário para incluírem as contribuições na minuta  
53 compartilhada no drive. Édison sugeriu que seja trazido posicionamento mais ou menos  
54 comum do *campus*, entre DE e DPDI, para expor na reunião conjunta do CAEN e  
55 CADIP. Janete entende que adequando-se a data da reunião com CAEN e CADIP, as  
56 demais serão alteradas, conforme as datas pré-estabelecidas do CODIR e CONSUP,  
57 embora as reuniões estejam ocorrendo de forma diferente neste período. Analise  
58 acredita que o prazo para discussão entre os gestores do *campus* não é problema, mas  
59 sim os demais prazos que envolvem a discussão de outros profissionais, de outros  
60 setores. Com a suspensão das atividades, acredita que essas ações podem ficar  
61 concentradas para o período após 15 de maio. Sabe-se, contudo, que alguns  
62 profissionais nem sempre respeitam os prazos e, posteriormente, reivindicam por  
63 participação. A preocupação é com o baixo envolvimento dos docentes, pois os  
64 servidores TAEs já tiveram acesso. Os coordenadores de cursos também estão tendo  
65 dificuldades para o envolvimento com outras demandas além das atividades  
66 acadêmicas remotas neste período. Édison, então, questionou o posicionamento dos  
67 demais *campi* em relação à proposta de SR para focar nas ações após 15 de maio.  
68 Todos concordaram. Édison perguntou se duas semanas seriam suficientes para  
69 discussão no *campus*, para posterior andamento no grande grupo. SR acredita que  
70 uma semana é suficiente. Édison acredita que o andamento da revisão é mais simples  
71 em relação à Resolução CONSUP nº 13/2014. SR também concorda que para a  
72 Resolução CONSUP nº 13/2016 não precisa maior prazo, estendendo o prazo para  
73 apenas uma semana. O tempo maior seria para discussão das diretrizes institucionais  
74 dos cursos de graduação (Res. 13/2014). Édison entende que é preciso focar em  
75 período diferente para cada uma. Portanto, o prazo para discussão no *campus* da  
76 13/2016 seria até 22 de maio, uma semana após a suspensão do calendário. Janete  
77 perguntou se a reunião com CAEN e CADIP ficaria na sequência. Édison entende que  
78 sim. Janete propôs a reunião com CAEN, CADIP e a comissão dia 02 de junho, para



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA**  
**PRÓ-REITORIA DE ENSINO**

79 dar tempo de compilar as sugestões, na forma de comentário, enviadas pelos *campi*  
80 até 22 de maio. Todos concordaram com esse encaminhamento. Portanto, a discussão  
81 deve ocorrer, nos *campi*, entre DG, DPDI e equipe gestão do ensino com  
82 encaminhamento das sugestões até 22 de maio. Janete irá atualizar o cronograma  
83 para envio novamente aos *campi*. Édison irá falar com Nídia sobre articulação com  
84 CADIP a respeito da data de realização da reunião conjunta com CAEN. Após, passou-  
85 se à pauta relativa à Resolução CONSUP nº 13/2014. Primeiramente, Édison  
86 esclareceu que se os *campi* entenderem que não dá para seguir o trabalho neste  
87 momento, é preciso ter clareza que não ocorrerá a revisão dos PPCs ainda este ano.  
88 Janete lembrou que a minuta, o cronograma e o *checklist* foram enviados  
89 previamente, via Memorando Circular aos *campi*. A minuta ainda não foi compartilhada  
90 no drive neste momento, mas foi previamente, de 2018 a 2019, porém sem muitas  
91 contribuições na época. Manifestou o importante trabalho da equipe da Assessoria  
92 Pedagógica da PROEN no processo de revisão. Reforçou que, embora já tenha dado  
93 espaço de contribuições previamente, o trabalho não está pronto. É necessário o  
94 envolvimento dos professores e demais servidores com base em suas experiências,  
95 sem fugir ao que está posto nas legislações vigentes. Janete expôs que, em 2013,  
96 houve menor representatividade pelos Grupos de Trabalho (GTs), pois havia menos  
97 cursos. Contudo, no momento, acredita que não seja possível juntar Bacharelados e  
98 Cursos de Tecnologia, devido às especificidades da legislação para cada grau. A  
99 sugestão para composição de cada GT é: um representante da Direção de Ensino ou  
100 Coordenação Geral de Ensino de cada *campus*, coordenações dos cursos, um  
101 representante do Núcleo Docente Estruturante (NDE) e um representante do Setor de  
102 Apoio Pedagógico (SAP). Enfatizou que o representante do NDE e coordenadores de  
103 curso representarão todo o grupo do Núcleo e deverão expor o entendimento do grupo  
104 em relação à cada curso, pois isso vai embasar o trabalho de revisão dos PPCs,  
105 posteriormente. A preocupação pelo trabalho efetivo do NDE neste processo de revisão  
106 das diretrizes e dos currículos referências se dá em razão do exposto por alguns  
107 coordenadores aos avaliadores de cursos, de que o NDE não teve espaço e autonomia  
108 acerca da participação no currículo referências dos cursos, anteriormente. Na próxima  
109 semana, a Direção de Graduação encaminhará aos *campi* documentos que irão auxiliar  
110 nos estudos e nas discussões nesse processo de revisão das diretrizes. Enfatizou que  
111 todo o trabalho realizado nos *campi* precisa ser registrado em ata. O foco das  
112 discussões e revisão agora deve ocorrer com participação de todos, sendo estendido o  
113 convite do NDE aos colegiados dos cursos, ao corpo docente dos cursos. Mais uma  
114 vez, expôs os prazos planejados, os quais devem ser readequados. Enfatizou a  
115 importância dos GTs tanto para a revisão das diretrizes, quanto para o processo de  
116 revisão dos currículos referências dos cursos; para os cursos de oferta única, as  
117 discussões ocorrerão também no âmbito do NDE dos respectivos cursos. Por isso, é  
118 preciso verificar se a sugestão de composição dos três GTs pode ser confirmada. No  
119 GT das Licenciaturas, é preciso pensar se há ainda necessidade de representação do



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA**  
**PRÓ-REITORIA DE ENSINO**

120 docente Pedagogo. Além das contribuições na minuta da resolução, ainda é preciso  
121 definir a versão final do *checklist* que irá embasar as discussões e decisões dos *campi*.  
122 Enquanto Janete explicava a elaboração da minuta do *checklist*, conforme exposto a  
123 seguir, alguns participantes expunham comentários e dúvidas no chat. Analice de SR  
124 escreveu que em 2014 foi difícil os servidores entenderem algumas situações e hoje  
125 temos mais de 50% de novos servidores. Desse modo, as coordenações e  
126 representações DEs/CGEs precisam de apoio, pois em qualquer situação será a eles,  
127 DEs/CGEs, que os demais servidores irão buscar suporte. Gustavo de UG questionou  
128 se o *campus* precisa participar da revisão das diretrizes, visto que no momento só tem  
129 em andamento o curso de Licenciatura em Matemática EAD pela UAB. Marielli  
130 perguntou se SAN precisa compor o GT de Bacharelado, já que o *campus* ainda não  
131 possui curso nesse grau, considerando que o Bacharelado em Enfermagem ainda não  
132 foi autorizado. Dando prosseguimento, Janete explicou que o *checklist* irá direcionar  
133 algumas decisões, como a carga horária na modalidade a distância, de 20 a 40%,  
134 conforme prevê a Portaria nº 2.117/2019. Explicou a inclusão do termo “híbrida” na  
135 minuta das diretrizes, pois se refere aos cursos com carga horária presencial e a  
136 distância. Exemplificou caso de disciplina híbrida com 80% de carga horária presencial  
137 e 20% a distância. Segundo discutido no âmbito da PROEN, defendido também pelo  
138 Édison, os 10% do efetivo trabalho docente já entraria no cômputo dos 20% a  
139 distância, por exemplo. Janete explicou que isso já acontece na prática, mas precisa  
140 ser regulamentado institucionalmente. Além disso, explicou que as disciplinas podem  
141 ser ofertadas integralmente na modalidade a distância. A diferença é que a disciplina  
142 ofertada totalmente a distância precisa ocorrer pelo Moodle, com todo o suporte da  
143 EaD, mas é preciso considerar que são muitos cursos; se ofertada com percentual a  
144 distância em todas as disciplinas, pode ocorrer pelo SIGAA. Para isso, o sistema  
145 precisa estar funcionando bem, considerando as avaliações externas - avaliação e  
146 reconhecimento dos cursos, e também Enade. Ou seja, é preciso avaliar os impactos  
147 para o ensino e a aprendizagem, e também para as avaliações mencionadas. Outra  
148 grande decisão se refere à curricularização, que está ocorrendo concomitantemente  
149 por outro GT, conforme apresentado em reunião prévia do CAEN. Portanto, o *checklist*  
150 irá subsidiar o trabalho nos *campi*. Édison, considerando a proposta de SR sobre a  
151 concentração do trabalho após a suspensão das atividades, questionou quanto tempo  
152 é necessário para discutir nos *campi*, enfatizando a importância deste trabalho de  
153 revisão e sua legitimidade institucional com a participação de todos. Analice acredita  
154 que de duas a três semanas são suficientes, mas é preciso ver que outras ações serão  
155 atribuídas aos docentes neste período. Bruno de FW reforçou os pontos mais  
156 polêmicos já trazidos pela Janete - tempo EaD e curricularização. Também trouxe a  
157 questão do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), visto ser obrigatório para todos os  
158 Bacharelados, de acordo com a Resolução CONSUP nº 13/2014. Bruno já irá realizar  
159 reunião com docentes para apresentar os principais pontos do *checklist*, para irem se  
160 ambientando com as definições a serem tomadas junto do NDE e colegiados de



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA**  
**PRÓ-REITORIA DE ENSINO**

161 cursos. Acredita que o trabalho maior acontecerá posteriormente, com a revisão dos  
162 PPCs. Expôs questionamento de docentes sobre o currículo referência em relação às  
163 disciplinas básicas, se haverá possibilidade de rediscussão. Édison explicou que é  
164 momento de revisão das diretrizes para serem tomadas decisões institucionais,  
165 expondo que muitas perguntas já chegaram a esse respeito à PROEN. Bruno  
166 acrescentou que se referiu a um documento do currículo dos cursos Bacharelados que  
167 menciona a obrigatoriedade de cada curso possuir determinada disciplina. Janete  
168 explicou que o que vai compor cada Núcleo poderá ser discutido e definido depois da  
169 revisão das diretrizes, por isso a necessidade da composição dos GTs. Em relação à  
170 proposta de disciplinas, uma possibilidade, conforme discutido no GT da  
171 curricularização, é que se tenha Iniciação à Extensão no Núcleo Básico. Citou algumas  
172 das atuais disciplinas que compõem o Núcleo Básico de diferentes cursos, e pontuou  
173 que posteriormente será uma decisão dos GTs a partir das discussões de dos  
174 representantes dos NDEs para, então, poder se rever a organização dos Núcleos.  
175 Bruno então confirmou se essa definição não entra nesse momento de revisão das  
176 diretrizes, sobre a qual Janete reafirmou que não, mas que se pode ir pensando para  
177 decisão da maioria nos GTs, posteriormente. Neila complementou que são dois  
178 trabalhos interligados - a revisão das diretrizes e a revisão dos currículos referência,  
179 mas que se dão em etapas distintas. Saliou que tudo que for definido nas diretrizes  
180 terá implicações para os currículos num segundo momento. Exemplificou com a  
181 questão da unificação dos currículos, apontada pelos coordenadores ao longo da  
182 vigência da Resolução CONSUP nº 13/2014. Após a criação da Resolução, acabou  
183 que a parte da flexibilização, com as disciplinas optativas que fazem parte do Núcleo  
184 Complementar, ficou com a carga horária reduzida com no máximo duas disciplinas.  
185 Isso tornou-se difícil para o desenvolvimento de conteúdos regionalizados, devido à  
186 falta de tempo. Neila usou esse exemplo para mostrar a importância de uma das  
187 questões do *checklist* que trará impacto direto para a revisão dos currículos referência.  
188 No seu ponto de vista, é importante flexibilizar um pouco mais essa questão do Núcleo  
189 Complementar, para ser mais amplo, possibilitando adequações para cada realidade.  
190 Enquanto Neila expunha esses pontos, alguns participantes escreviam no chat. Acerca  
191 do questionamento feito por Marielli anteriormente, Janete pensa que é importante a  
192 participação de SAN no GT Bacharelado, assim como de UR, também. Jozé  
193 acrescentou que com a curricularização, o currículo referência irá sofrer alterações,  
194 tendo a curricularização regulamentação própria. Bruno questionou como se daria a  
195 composição dos GTs, se todos os cursos teriam um representante ou seria um  
196 representante por campus. Janete ratificou que é preciso ter a representação dos  
197 cursos por grau, com o coordenador, um representante do NDE, DE/CGE, e um  
198 representante do SAP, pois acredita que um representante por *campus* é pouco; e no  
199 GT Licenciatura, mais um pedagogo docente. Sobre o tempo necessário para  
200 discussão nos *campi*, Bruno sugere que seja enviado desde agora os materiais, para  
201 familiarização das questões. Édison questionou se o período de duas a três semanas



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA**  
**PRÓ-REITORIA DE ENSINO**

202 para discussão é suficiente. Analice acredita que uma semana para estudos da  
203 resolução é suficiente, o que não impede de ser encaminhado agora; mais uma  
204 semana para discussão entre os grupos e uma semana para discussão ampla no  
205 *campus*. Márcia de SA sugere finalização após feriado de Corpus Christi, em 10 de  
206 junho, pois além dessas duas resoluções, ainda tem que ser feito o planejamento das  
207 ações de ensino após suspensão. Samuel, SAP de SA, acrescentou, via chat, que se é  
208 importante a participação efetiva dos colegas, acredita que é preciso mais tempo, até  
209 mesmo devido às dificuldades de comunicação nesse período. Analice questionou Joze  
210 por meio do chat se a Rede está pensando em uma sugestão de orientações para as  
211 atividades remotas ou se o encaminhamento será feito pelo próprio CAEN. Em relação  
212 às datas para definição do cronograma de revisão da 13/2014, Bruno questionou quais  
213 serão as próximas datas das reuniões do CODIR e CONSUP. Édison pontuou que não  
214 sabe como ficará o calendário das reuniões ordinárias do CONSUP, pois nenhuma  
215 ocorreu ainda neste semestre, apenas extraordinárias. Em maio haverá reunião para  
216 redefinição do calendário de reuniões. De todo modo, as minutas das resoluções após  
217 aprovadas no CAEN, devem ser encaminhadas ao CODIR, à Projur e, posteriormente,  
218 ao CONSUP. Supondo que se mantenha o calendário e sabendo-se que a pauta deve  
219 ser enviada com trinta dias de antecedência, essa pauta em discussão só poderia ser  
220 aprovada na reunião de outubro. Já os PPCs, após aprovação das diretrizes em  
221 outubro, teriam que ser aprovados na última reunião de dezembro. Contudo, não há  
222 obrigatoriedade de envio para todos os casos, é possível encaminhar para aprovação  
223 ano que vem para vigência em 2022. Porém, deixou claro que para vigência de novo  
224 PPC em 2021, o processo deve ser finalizado até dezembro deste ano. Portanto, os  
225 demais membros manifestaram escolha pelo envio das contribuições até 10 de junho.  
226 Janete acredita que precisa de mais de uma semana para finalizar a minuta com as  
227 sugestões enviadas. Dessa forma, a reunião para finalizar com CAEN será dia 18 de  
228 junho, o dia inteiro. Depois avalia-se a necessidade ou não de continuação outro dia.  
229 Jéssica de SAN perguntou, via chat, se seria possível a PROEN encaminhar um e-mail  
230 para os docentes sensibilizando para a importância do estudo dos materiais e  
231 participação nas discussões. Sobre o *checklist*, Janete verificou se podem rever, no  
232 documento drive a ser compartilhado pela PROEN, as questões, pois são elas que irão  
233 subsidiar as discussões nos *campi*, no âmbito do NDE. Explicou que as questões estão  
234 relacionadas à flexibilização curricular. Exemplificou os casos de pedidos de  
235 substituição de eletivas, que são feitos a qualquer momento, especialmente quando o  
236 curso está por ser avaliado. Outra questão é a oferta de disciplina optativa com foco na  
237 inovação, conforme apresentado pelo Pró-Reitor Arthur em reunião prévia do CAEN.  
238 Em relação às ACCs, não há mais obrigatoriedade nos cursos de Licenciaturas. Dessa  
239 forma, Janete explicou o objetivo da questão quatro do checklist. Atualmente, as ACCs  
240 estão para além da carga horária mínima da matriz curricular dos cursos; já a  
241 curricularização entrará nos 10% da carga horária total dos cursos. Desse modo, não  
242 há como transformar as ACCs em creditação para as atividades de curricularização da



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA**  
**PRÓ-REITORIA DE ENSINO**

243 extensão, pois precisa se dar dentro da carga horária das disciplinas. Joze pontuou, via  
244 chat, que a Resolução nº 07/2018 sobre as Diretrizes para Extensão na Educação  
245 Superior traz a obrigatoriedade dos 10% da carga horária de curricularização estar na  
246 forma de componente curricular e integrar a matriz dos cursos. Neila acrescentou que  
247 previamente foram feitos estudos para que os cursos de Tecnologia não tivessem um  
248 tempo de duração equivalente aos de Bacharelado. Logo, a opção para distinção de  
249 tempo desses cursos, especialmente para cursos de Tecnologia com 2.400 horas, foi  
250 utilizar-se das ACCs, mesmo que não fossem obrigatórias. Por isso, a questão quatro  
251 do *checklist* vai ser readequada, considerando que as ACCs não podem ser  
252 simplesmente retiradas de todos os cursos de Tecnologia, tendo em vista sua  
253 importância para formação dos estudantes. Também pontuou questão que trata sobre  
254 os cursos de Bacharelado com exigência legal de ACCs. Sobre esses pontos, Janete  
255 ratificou a importância das ACCs no processo formativo dos alunos, pois permitem o  
256 engajamento em diferentes práticas como participação em eventos e publicação de  
257 trabalhos. Também pontuou as PPIs, pensadas pela própria instituição, as quais dão  
258 conta do modelo de curricularização. Em relação à questão sobre as PECCs, também  
259 recai na questão da curricularização. É preciso apenas avaliar se as legislações (das  
260 práticas, de acordo com a Resolução CNE nº 02/2019, e da curricularização) não  
261 estariam se sobrepondo. Expôs que questionamentos serão feitos à Senhora Abigail,  
262 da CONSAE, e pretende-se fazê-lo ao CNE sobre essas questões de sobreposição de  
263 legislação. Acerca do REA, lembrou que já foi discutido no âmbito dos cursos técnicos.  
264 Portanto, a proposta é enviar a minuta do *checklist* nesta tarde, via google drive, para  
265 sugestões até dia 28 de abril. O encaminhamento foi feito para finalizar na próxima  
266 reunião do CAEN. A composição dos GTs também será retomada na próxima reunião.  
267 Por fim, Bruno questionou sobre as questões 2 e 3, pois as atuais diretrizes permitem  
268 disciplinas optativas. No seu entendimento, as questões se sobrepõem ou deveriam  
269 fazer parte do segundo momento de revisão dos currículos referência. Janete explicou  
270 que um grande percentual de flexibilização dos currículos se dá por meio das  
271 disciplinas eletivas, onde é possível que o curso adapte suas necessidades ao contexto  
272 local e regional, para ir além do currículo referência. Em relação às optativas, Janete  
273 explicou que Libras já é um componente obrigatório nas Licenciaturas e eletivo nos  
274 Bacharelados e Cursos de Tecnologia. Seguindo o modelo dos técnicos, sugeriu-se na  
275 minuta a oferta de Libras como optativa para estudantes ouvintes. O modelo desta  
276 eletiva é o mesmo que da obrigatória para as Licenciaturas. As possibilidades  
277 levantadas nas questões são sobre a ampliação do número de oferta de disciplinas  
278 optativas e, no caso de concordância com a ampliação, quais seriam as possibilidades  
279 - se pode ser aquela relacionada à Inovação ou se ficaria a critério de cada curso,  
280 lembrando que é necessário ter toda a infraestrutura, corpo docente e bibliografia para  
281 oferta dessas optativas. Bruno apenas conferiu se as diretrizes permitem apenas a  
282 oferta de Libras como optativa e se a questão demanda a opinião do *campus* sobre a  
283 ampliação para outras ofertas. Édison confirmou e acrescentou que uma sugestão é a



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA**  
**PRÓ-REITORIA DE ENSINO**

284 proposta da PRPPGI. Além disso, explicou que a característica da optativa é  
285 possibilitar uma flexibilização maior para o estudante e que isso faça parte do histórico  
286 escolar. Durante essas explicações, AL, JA, UG, PB e SA expressaram no chat que  
287 analisaram o *checklist* e concordam com as questões. Por fim, Analice sugeriu de  
288 realizar a reunião do CAEN para tratar da Resolução 13/2014 no dia 19 de junho,  
289 porém Édison lembrou que nas sextas pela manhã ocorrem as reunião do Comitê  
290 Institucional de Emergência (CIE). Além disso, Analice questionou sobre a definição de  
291 alteração do banner sobre suspensão das atividades acadêmicas. Expôs que Angela,  
292 Chefe do Gabinete da Reitora, deu retorno que não seria uma questão relevante de  
293 alteração. Contudo, tem causado repercussão negativa para alunos e servidores.  
294 Patrícia de AL também expôs que houve uma reclamação sobre a forma com que a  
295 mensagem chegou aos alunos e professores. Édison levará novamente para reunião  
296 do CIE e pediu que reforcem o pedido, por meio dos Diretores Gerais. A reunião deu-se  
297 por encerrada às doze hora e trinta minutos.

**MEMBROS CAEN – LISTA DE PRESENÇA**

PROEN Édison Gonzague Brito da Silva

PROEN Joze Medianeira dos Santos de  
Andrade

PROEN Janete Maria De Conto

PROEN Hermes Gilber Uberti

PROEN Daniela Dressler Dambros

AL Patricia Donicht

AL Elisandra Gomes Squizani

FW Bruno Batista Boniati



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA**  
**PRÓ-REITORIA DE ENSINO**

FW Márcia Rejane Kristiuk Zancan

JA Astor João Schonell Júnior

JA Marielle Medeiros

JC Silvia Regina Montagner

JC Cleonice Graciano dos Santos

PB Cléber Rubert

PB Carlos Lehn

SA Marcia Schneider

SA Saulo Stevan Pasa

SAN Mariéli Machado

SAN Jéssica Lucion

SR Analice Marchezan

SR Raquel Canova

SB Caroline Lacerda

SB Daniel Silva

SVS João Flávio Carvalho



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA**  
**PRÓ-REITORIA DE ENSINO**

SVS

Eliana Zen

UR

Gustavo Griebler

---

---